

Os temas

polêmicos

17 JUL 1986

da nova

Carta

por Ana Cristina Magalhães
de São Paulo

O secretário geral da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, Ney Prado, fez ontem um balanço geral do trabalho realizado até agora pela comissão, presidida pelo jurista Afonso Arinos. A segurança social e o regime governamental têm sido os temas mais polêmicos, devido à dificuldade de encontrar-se uma conciliação para as propostas apresentadas, afirmou Prado.

A preocupação da comissão é de que, ao criar mecanismos que protejam a sociedade, garanta, ao mesmo tempo, os direitos do preso como cidadão. "É difícil conciliar a exigência da sociedade de ter mais rigor contra a criminalidade e os direitos humanos daqueles que cometeram as infrações", disse Prado.

A questão do regime governamental não é menos polêmica. Duas correntes dividem-se entre o presidencialismo, a forma atual do governo, e o parlamentarismo. "O que se está procurando obter é uma fusão entre esses dois regimes, e ter-se uma forma de governo híbrida", disse.

Embora ainda faltem três temas a serem discutidos pela comissão — a organização dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário —, está prevista para o dia 5 de setembro a entrega do anteprojeto ao presidente José Sarney, informou Prado.

Ney Prado veio a São Paulo a convite do advogado J.B. Viana de Moraes, que preside a comissão de estudos e assessoramento constitucional sobre assuntos de interesse municipal, criada há dois meses pelo prefeito de São Paulo, Jânio Quadros.

"Um dos temas de maior preocupação da comissão tem sido o de garantir, na futura Constituição, maior autonomia para os municípios", afirmou Viana de Moraes. A mesma idéia tem sido desenvolvida pela Comissão Arinos, disse Prado.

GAZETA MERCANTIL

17 JUL 1986

GAZETA MERCANTIL